

DANIELLA GARCIA
IGOR SUSANO



PROJETO
TSE UNIFICADO

MÓDULO DEMONSTRATIVO

DANIELLA GARCIA

IGOR SUSANO

PROJETO TSE UNIFICADO

Módulo Demonstrativo

Jun. 2023

O uso deste material para fins comerciais é expressamente proibido.
A reprodução total ou parcial desta obra depende da autorização expressa
dos autores.

CONSIDERAÇÕES SOBRE O PROJETO TSE UNIFICADO

Esta apostila contém 50 questões comentadas, destinadas ao concurso público do TSE/TRE Unificado. Trata-se de um material demonstrativo do Projeto TSE Unificado, que tem como objetivo acelerar o seu aprendizado por meio da resolução de questões dos concursos anteriores, algo que todos os concursados fizeram para conquistar a aprovação.

O **PROJETO TSE UNIFICADO** tem um grupo no Whatsapp e também um Pacote com 1.310 questões comentadas.

O **Grupo no Whatsapp** começou no dia 10/04/2023 e recebe uma questão comentada diariamente. O grupo é 100% gratuito, e as questões diárias serão postadas até a véspera da prova do TSE/TRE Unificado.

Por sua vez, o **Pacote com 1.310 Questões Comentadas é focado no cargo de Técnico Judiciário: Área Administrativa** e será lançado no dia 08/06/2023. Ele possui 06 módulos e 03 simulados, sendo dividido em Fase Pré-Edital e Fase Pós-Edital.

A **Fase Pré-Edital** terá 05 módulos e englobará as disciplinas que, conforme os editais anteriores, serão responsáveis por até 70% das questões da prova. São elas:

- Direito Constitucional;
- Administrativo;
- Direito Eleitoral;
- Legislação Aplicada aos Servidores Públicos; e
- Português.

Já a **Fase Pós-Edital** terá 01 módulo (voltado exclusivamente para as demais disciplinas que serão cobradas no certame), além de 03 simulados com 120 questões cada (com folha de respostas e caderno de respostas comentadas).

Confira o cronograma do Projeto TSE Unificado:

- **FASE PRÉ-EDITAL:**
 - **Módulo 1 (09/06/2023):** 150 questões comentadas;
 - **Módulo 2 (16/06/2023):** 150 questões comentadas;
 - **Módulo 3 (23/06/2023):** 150 questões comentadas;
 - **Módulo 4 (30/06/2023):** 150 questões comentadas;
 - **Módulo 5 (07/07/2023):** 150 questões comentadas;
- **FASE PÓS-EDITAL:**
 - **Módulo 6 (05 dias após a divulgação do edital):** 200 questões comentadas;
 - **Simulado 1 (15 dias após a divulgação do edital):** 120 questões, com folha de respostas e caderno de respostas comentadas;
 - **Simulado 2 (30 dias após a divulgação do edital):** 120 questões, com folha de respostas e caderno de respostas comentadas;
 - **Simulado 3 (45 dias após a divulgação do edital):** 120 questões, com folha de respostas e caderno de respostas comentadas.

A Fase Pré-Edital será composto por questões dos concursos anteriores da banca CESPE/CEBRASPE, responsável pelo último concurso do TSE/TRE Unificado e que está entre as mais cotadas para realizar o certame. A Fase Pós-Edital terá questões da banca que for escolhida.

NOTA DO PROFESSOR E OUTRAS CONSIDERAÇÕES

Olá. Meu nome é Igor Susano. Sou Professor de Direito, pós-graduado em Direito Constitucional, Advogado e autor de diversas obras. Entre os anos de 2019 e 2022, fui Professor Comentarista na plataforma de questões do Gran Cursos Online, tendo comentado mais de 5.000 questões comentadas na plataforma (que receberam, até agora, mais de 100.000 likes dos alunos).

Em 2017, iniciei meu trabalho nas redes sociais com a página @RevisãoConstitucional, no Instagram. Um projeto que desde o início foi muito bem recebido pelos concurseiros, estudantes de direito e oabeiros. Com o tempo, os seguidores começaram a exigir um conteúdo mais extenso, uma vez que o Instagram, embora sirva como uma ótima ferramenta de aprendizado, tem diversas limitações no Feed e no Stories. Assim, em janeiro de 2019, o primeiro livro foi divulgado.

De lá para cá, criei mais de uma dezena de livros. Sempre elaboro os materiais pensando na melhor maneira possível de entregar o conteúdo ao aluno. Por isso, busco utilizar uma didática simples e objetiva. Acredito que esse seja o motivo pelo qual os materiais são tão bem avaliados na Hotmart (é a plataforma que utilizo para disponibilizar todos os meus materiais), sem contar as mensagens quase que diárias no Instagram e no Telegram.

Desde o esboço até as revisões finais, a elaboração de um projeto exige meses de trabalho e dedicação. Tudo isso para que o material tenha melhor didática e qualidade possível.

Novos materiais estão sendo produzidos. O lançamento deles sempre é divulgado em minhas redes sociais, principalmente no Instagram. Inclusive, vou deixar o link e o QR Code das minhas páginas no Instagram, caso queira acompanhá-las. No total, mais de 557.000 seguidores recebem nossas postagens diárias!

Enfim. Vamos aos estudos. Rumo à aprovação!

Quer conteúdo diário, gratuito e de qualidade? Acompanhe o meu trabalho no Instagram. Basta **clicar no link** ou **ler o QR Code** pelo celular:

➤ [@TSEUnificado](#)



➤ [@RevisãoConstitucional](#)



➤ [@MacetesDoConcurseiro](#)



➤ [@CESPESemMistérios](#)



➤ [@MeuSonhoPolicial](#)



➤ [@RevisãoDoConcurseiro](#)



➤ [@Prof IgorSusano](#)



➤ [@AdministrativoSemMistérios](#)



SUMÁRIO

Direito Constitucional	1
Direito Administrativo.....	6
Direito Eleitoral	11
Legislação Aplicada aos Servidores Públicos	16
Português	20
A sua jornada rumo à aprovação começa agora.....	26

DIREITO CONSTITUCIONAL



QUESTÃO 01 | CESPE/CEBRASPE – 2022 – FUB – ADMINISTRADOR

No que se refere à Constituição Federal (CF), julgue o item a seguir.

Direitos fundamentais como a proteção à maternidade e à infância são direitos sociais tratados como matérias irrevogáveis na CF, conhecidas como cláusulas pétreas, não podendo ser alvo de diminuição ou revogação por emenda constitucional.

() CERTO () ERRADO



GABARITO COMENTADO

As chamadas cláusulas pétreas estão dispostas no § 4º do art. 60 da Constituição Federal. Vejamos:

CF, art. 60, § 4º Não será objeto de deliberação a proposta de emenda tendente a abolir:

I - a forma federativa de Estado;

II - o voto direto, secreto, universal e periódico;

III - a separação dos Poderes;

IV - **os direitos e garantias individuais.**

A proteção à maternidade e à infância são direitos sociais previstos no art. 6º da CF. Os direitos e garantias individuais, por outro lado, são aqueles dispostos no art. 5º do texto constitucional.

Porém, não devemos levar em conta o sentido literal do texto, pois o STF entende que as cláusulas pétreas não se limitam ao rol do § 4º do art. 60 da CF/88 (ADI n. 1946/DF). Há, portanto, outras cláusulas pétreas espalhadas pela Constituição Federal.

Também conforme o STF (ADI 939/DF), **os direitos previstos nos arts. 6º e 7º da CF/88, chamados de direitos sociais, são também direitos individuais, à medida em que cada trabalhador, individualmente, deles se beneficia**, e, por isso, não podem ser suprimidos ou reduzidos.

 GABARITO: certo.



QUESTÃO 02 | CESPE/CEBRASPE – 2021 – SEFAZ/CE – AUDITOR FISCAL DA RECEITA ESTADUAL

No que se refere ao direito constitucional, julgue o item a seguir.

O dever de sigilo fiscal é extensível aos órgãos de persecução penal que legalmente receberem da autoridade fazendária informações assim classificadas.

() CERTO () ERRADO



GABARITO COMENTADO

O dever de sigilo fiscal está disposto no inciso XII do art. 5º da Constituição Federal:

CF, art. 5º, XII - é inviolável o sigilo da correspondência e das comunicações telegráficas, de dados e das comunicações telefônicas, salvo, no último caso, por ordem judicial, nas hipóteses e na forma que a lei estabelecer para fins de investigação criminal ou instrução processual penal;

Por sua vez, o Supremo Tribunal Federal entende **que o dever de sigilo fiscal é extensível aos órgãos de persecução penal que legalmente recebem da autoridade fazendária competente informações assim classificadas**. Veja:

É constitucional o compartilhamento dos relatórios de inteligência financeira da UIF e da íntegra do procedimento fiscalizatório da Receita Federal do Brasil, que define o lançamento do tributo, com os órgãos de persecução penal para fins criminais, sem a obrigatoriedade de prévia autorização judicial, devendo ser resguardado o sigilo das informações em procedimentos formalmente instaurados e sujeitos a posterior controle jurisdicional. 2. O compartilhamento pela UIF e pela RFB, referente ao item anterior, deve ser feito

unicamente por meio de comunicações formais, com garantia de sigilo, certificação do destinatário e estabelecimento de instrumentos efetivos de apuração e correção de eventuais desvios.
[RE 1.055.941, rel. min. Dias Toffoli, j. 4-12-2109, P, DJE de 6-10-2020, Tema 990.]



QUESTÃO 03 | CESPE/CEBRASPE – 2021 – MPE/SC – PROMOTOR DE JUSTIÇA SUBSTITUTO

Com relação ao rol de direitos fundamentais previsto na CF e a aspectos relativos à sua correspondente efetivação, julgue o seguinte item.

O *habeas data* constitui instrumento que visa efetivar o direito de acesso à informação no âmbito de qualquer entidade pública, sendo cabível tanto para obtenção de informações quanto para correção de inexatidões de dados da pessoa impetrante ou mesmo de seu familiar falecido.

() CERTO () ERRADO

GABARITO COMENTADO

A previsão do remédio constitucional *habeas data* está no art. 5º, inciso LXXII, da CF/88:

CF, art. 5º, LXXII - conceder-se-á *habeas-data*:

- a) para assegurar o conhecimento de informações relativas à pessoa do impetrante, constantes de registros ou bancos de dados de entidades governamentais ou de caráter público;
- b) para a retificação de dados, quando não se prefira fazê-lo por processo sigiloso, judicial ou administrativo;

No entanto, embora não haja disposição legal sobre a impetração do *habeas data* por familiar do falecido, **a jurisprudência permite que herdeiros legítimos e o cônjuge sobrevivente possam impetrar habeas data para obter informações sobre o falecido, inclusão de dados e retificação:**

Informativo n. 342/STJ: O cônjuge supérstite tem legitimidade para impetrar *habeas data* em defesa do interesse do falecido.



QUESTÃO 04 | CESPE/CEBRASPE – 2021 – MPE/SC – PROMOTOR DE JUSTIÇA SUBSTITUTO

Com relação ao rol de direitos fundamentais previsto na CF e a aspectos relativos à sua correspondente efetivação, julgue o seguinte item.

Pessoa filha de pai brasileiro nascida em país estrangeiro detém o direito à aquisição de nacionalidade brasileira originária a partir do registro em consulado ou embaixada brasileira, desde que venha a residir no Brasil.

() CERTO () ERRADO

GABARITO COMENTADO

Conforme com a alínea "c", inciso I, art. 12, CF/88, a filha de pai brasileiro nascida em país estrangeiro detém o direito à aquisição de nacionalidade brasileira originária a partir do registro em consulado ou embaixada brasileira, sem a necessidade de vir a residir no Brasil.

Há a opção de adquirir a nacionalidade brasileira caso venha a residir na República Federativa do Brasil e opte, em qualquer tempo, depois de atingida a maioridade, pela nacionalidade brasileira, mas trata-se de uma outra forma de aquisição da nacionalidade originária.

Vejamos a redação do texto constitucional:

CF, art. 12. São brasileiros:

I - natos:

c) os nascidos no estrangeiro de pai brasileiro ou de mãe brasileira, desde que sejam registrados em repartição brasileira competente **ou** venham a residir na República Federativa do Brasil e optem, em qualquer tempo, depois de atingida a maioridade, pela nacionalidade brasileira;

Observa-se que não se trata de uma hipótese de aquisição, mas sim de **duas hipóteses distintas**.

 GABARITO: errado.

QUESTÃO 05 | CESPE/CEBRASPE – 2022 – PGE/RJ – ANALISTA PROCESSUAL

Julgue o seguinte item, relativos a aspectos diversos pertinentes a noções de direito constitucional.

No Estado brasileiro, o Poder Legislativo, além da função normativa que lhe é típica, tem atribuição julgadora em situações taxativamente expressas na Constituição Federal.

() CERTO () ERRADO

GABARITO COMENTADO

O art. 2º da CF dispõe que os três Poderes são independentes e harmônicos entre si. No entanto, suas competências podem ser divididas em dois grupos: as funções típicas e as funções atípicas. Ou seja, **há atribuições primárias e secundárias**.

No caso da questão, o Poder Legislativo tem como funções típicas legislar (criar leis) e também realizar a fiscalização contábil, financeira, orçamentária e patrimonial do Poder Executivo. Porém, no exercício da sua função atípica de natureza jurisdicional, ele, por intermédio do Senado, julgará o Presidente da República pela prática de crimes de responsabilidade.

Encontra-se a previsão legal no art. 52, inciso I, da Constituição Federal:

CF, art. 52. Compete privativamente ao Senado Federal:

I - processar e julgar o Presidente e o Vice-Presidente da República nos crimes de responsabilidade, bem como os Ministros de Estado e os Comandantes da Marinha, do Exército e da Aeronáutica nos crimes da mesma natureza conexos com aqueles;

É importante lembrar que as funções **atípicas** de qualquer Poder **sempre têm previsão expressa no texto constitucional**.

 GABARITO: certo.

QUESTÃO 06 | CESPE/CEBRASPE – 2022 – PGE/RJ – ANALISTA PROCESSUAL

No tocante aos direitos e às garantias constitucionais, julgue o item que se segue.

Será constitucional lei estadual que venha a obrigar que as escolas e bibliotecas públicas tenham um exemplar da Bíblia.

() CERTO () ERRADO

GABARITO COMENTADO

Há entendimento pacífico do STF no sentido de ser inconstitucional lei estadual que obriga as escolas a terem um exemplar da Bíblia:

A imposição legal de manutenção de exemplares de Bíblias em escolas e bibliotecas públicas estaduais configura **contrariedade** à laicidade estatal e à liberdade religiosa consagrada pela Constituição da República de 1988.

Isso porque, ao determinar que escolas e bibliotecas públicas mantenham exemplares da Bíblia em seus acervos, a norma estadual impugnada estimula e promove certos tipos de crenças e dogmas religiosos em detrimento de outros. Dessa forma, ofende os princípios da laicidade estatal, da liberdade religiosa e da isonomia entre os cidadãos.

[ADI 5.258/AM, rel. min. Cármen Lúcia, julgamento virtual finalizado em 12.4.2021, Info. 1.012/2021.]

 GABARITO: errado.



QUESTÃO 07 | CESPE/CEBRASPE – 2022 – PGE/RJ – ANALISTA PROCESSUAL

Com base na Constituição Federal de 1988 (CF), julgue o item a seguir.

Os estados poderão, mediante lei ordinária, instituir regiões metropolitanas, aglomerações urbanas e microrregiões, constituídas por agrupamentos de municípios limítrofes.

() CERTO () ERRADO



GABARITO COMENTADO

A alternativa contraria o disposto no art. 25, § 3º, da CF/88, o qual prevê que os Estados poderão, mediante lei complementar, instituir regiões metropolitanas, aglomerações urbanas e microrregiões, constituídas por agrupamentos de municípios limítrofes:

CF, art. 25, § 3º Os Estados poderão, mediante lei complementar, instituir regiões metropolitanas, aglomerações urbanas e microrregiões, constituídas por agrupamentos de municípios limítrofes, para integrar a organização, o planejamento e a execução de funções públicas de interesse comum.

 GABARITO: errado.



QUESTÃO 08 | CESPE/CEBRASPE – 2022 – MC – ATIVIDADES TÉCNICAS DE SUPORTE

A respeito dos três Poderes, das funções essenciais à justiça e da comunicação social, julgue o item que se segue.

Se o Tribunal Regional Federal da 1.ª Região declarar a inconstitucionalidade de lei federal, caberá recurso extraordinário ao Supremo Tribunal Federal.

() CERTO () ERRADO



GABARITO COMENTADO

A questão está de acordo com o previsto na alínea “a” do inciso III do art. 102 da CF/88. Observe:

CF, art. 102. **Compete ao Supremo Tribunal Federal**, precipuamente, a guarda da Constituição, cabendo-lhe:

III - **julgar, mediante recurso extraordinário**, as causas decididas em única ou última instância, quando a decisão recorrida:

- a) contrariar dispositivo desta Constituição;
- b) **declarar a inconstitucionalidade de tratado ou lei federal;**
- c) julgar válida lei ou ato de governo local contestado em face desta Constituição.
- d) julgar válida lei local contestada em face de lei federal.

 GABARITO: certo.



QUESTÃO 09 | CESPE /CEBRASPE – 2022 – DPE/RO – OFICIAL DE DILIGÊNCIA

Acerca dos territórios federais, julgue o item.

É permitida a criação de territórios federais a partir do desmembramento de município.

() CERTO () ERRADO



GABARITO COMENTADO

De acordo com a CF, os Estados-membros é que podem se desmembrar para se anexarem a outros ou formarem novos Estados ou Territórios Federais (CF, art. 18, § 3º).

Os Municípios não podem ser desmembrados para a criação de Territórios Federais.

 GABARITO: errado.

**QUESTÃO 10 | CESPE /CEBRASPE – 2022 – MC – ATIVIDADES TÉCNICAS DE COMPLEXIDADE INTELLECTUAL - CARGO 2**

A respeito dos três Poderes, das funções essenciais à justiça e da comunicação social, julgue o item que se segue.

Somente será permitida a censura de natureza ideológica quando comprovadamente se contrariarem os bons costumes.

() CERTO () ERRADO

**GABARITO COMENTADO**

A Constituição Federal preza pela democracia e pela liberdade. Dessa forma, a censura é vedada, conforme previsão no inciso X do art. 5º e no § 2º do art. 220, ambos da CF/88. Vejamos:

CF, art. 5º, X - é livre a expressão da atividade intelectual, artística, científica e de comunicação, independentemente de censura ou licença;

Art. 220, § 2º É vedada toda e qualquer censura de natureza política, ideológica e artística.

 **GABARITO:** errado.

DIREITO ADMINISTRATIVO

QUESTÃO 11 | CESPE/CEBRASPE – 2021 – ANM – TÉCNICO EM SEGURANÇA DE BARRAGENS

No que diz respeito aos princípios fundamentais, concessão, autorização, permissão e atos da administração pública, julgue o item a seguir.

Concessão, permissão e autorização de serviço público são modalidades de delegação, a título precário, mediante licitação, da prestação de serviços públicos, feita pelo poder concedente a pessoa jurídica que demonstre capacidade para seu desempenho.

() CERTO () ERRADO

GABARITO COMENTADO

De acordo com o art. 2º, incisos II e IV, da Lei n. 8.987/1995, a modalidade de delegação feita a título precário é a **permissão**:

Lei n. 8.987/1995, art. 2º Para os fins do disposto nesta Lei, considera-se:

II - concessão de serviço público: a delegação de sua prestação, feita pelo poder concedente, mediante licitação, na modalidade concorrência ou diálogo competitivo, a pessoa jurídica ou consórcio de empresas que demonstre capacidade para seu desempenho, por sua conta e risco e por prazo determinado;

IV - **permissão** de serviço público: a delegação, a título precário, mediante licitação, da prestação de serviços públicos, feita pelo poder concedente à pessoa física ou jurídica que demonstre capacidade para seu desempenho, por sua conta e risco;

 GABARITO: errado.

QUESTÃO 12 | CESPE/CEBRASPE – 2021 – ANM – TÉCNICO EM SEGURANÇA DE BARRAGENS

No que diz respeito aos poderes da administração pública, julgue o próximo item.

Os poderes administrativos podem ser usados isolada ou cumulativamente para o alcance da finalidade do ato administrativo.

() CERTO () ERRADO

GABARITO COMENTADO

Carvalho Filho afirma que os poderes administrativos são o “conjunto de prerrogativas de direito público que a ordem jurídica confere aos agentes administrativos para o fim de permitir que o Estado alcance seus fins”. Esses poderes resultam do princípio da supremacia do interesse público.

São poderes administrativos: o poder vinculado; o poder discricionário; o poder normativo; o poder hierárquico; o poder disciplinar e o poder de polícia.

Na doutrina, não há vedação quanto ao uso dos poderes, seja de maneira isolada ou em conjunto. O objetivo é alcançar a finalidade do ato administrativo.

 GABARITO: certo.

QUESTÃO 13 | CESPE/CEBRASPE – 2021 – PC/AL – ESCRIVÃO DE POLÍCIA

João, ocupante de cargo comissionado, ao praticar ato na qualidade de agente público, causou dano a Maria.

A respeito dessa situação hipotética, julgue o item subsequente.

Para o Estado ser responsabilizado, Maria tem de comprovar o ato danoso, o prejuízo sofrido, o nexo de causalidade e o dolo ou a culpa de João.

() CERTO () ERRADO



GABARITO COMENTADO

No direito brasileiro, a responsabilidade civil do Estado é a objetiva, ou seja, o Estado responde pelos danos que seus agentes causarem a terceiros, bastando que haja a comprovação do dano com o nexo causal, independente de dolo ou culpa. Portanto, deve haver uma conduta estatal, o dano e o nexo de causalidade entre a conduta e o dano gerado:

CF, art. 37, § 6º As pessoas jurídicas de direito público e as de direito privado prestadoras de serviços públicos responderão pelos danos que seus agentes, nessa qualidade, causarem a terceiros, assegurado o direito de regresso contra o responsável nos casos de dolo ou culpa.

De acordo com a teoria do risco administrativo, teoria adotada pelo Brasil, **basta que haja o dano decorrente da conduta/omissão estatal para haver a obrigação de indenizar. Logo, independe de culpa.**

Logo, para que o Estado seja responsabilizado, Maria não precisará comprovar o dolo ou a culpa de João, basta apenas a ocorrência do dano, ou seja, o ato danoso, o prejuízo sofrido e o nexo de causalidade.

Todavia, vale ressaltar, que ela dispõe algumas exceções, na qual o Estado pode alegar excludentes de responsabilidade, que irão eximi-lo de arcar com o dano, pois irá excluir o nexo causal. Vejamos:

- Fato exclusivo da vítima ou de terceiro; e
- Caso fortuito ou força maior.

Se o dano não foi gerado por uma das hipóteses mencionadas, fica o Estado obrigado a reparar o dano.

 GABARITO: errado.



QUESTÃO 14 | CESPE/CEBRASPE – 2021 – PC/AL – ESCRIVÃO DE POLÍCIA

Os agentes de polícia do estado de Alagoas, no exercício de sua função, devem comedido a aplicação do uso de força em suas abordagens e ações, buscando agir de maneira adequada, sem extrapolar os limites legais impostos ao exercício do poder que lhes é conferido. Acerca do uso e do abuso de poder, julgue o item que se segue.

O poder disciplinar não abrange as sanções impostas a particulares que não estejam sujeitos à disciplina interna da administração; nesse caso, as medidas punitivas encontram fundamento no poder de polícia.

() CERTO () ERRADO



GABARITO COMENTADO

De acordo com Carvalho Filho, os poderes administrativos são o “conjunto de prerrogativas de direito público que a ordem jurídica confere aos agentes administrativos para o fim de permitir que o Estado alcance seus fins”. Esses poderes resultam do princípio da supremacia do interesse público.

São poderes administrativos: o poder vinculado; o poder discricionário; o poder normativo; o poder hierárquico; o poder disciplinar e o poder de polícia.

A Administração Pública exerce o seu **poder de polícia** com a finalidade de impor limites a toda sociedade ao exercício de direitos e liberdades, visando o bem comum. Dessa forma, ela também o usa para evitar abusos do direito individual.

Por outro lado, o **poder disciplinar**, como o próprio nome sugere, é aquele no qual a Administração aplica sanções administrativas aos seus agentes – sujeitos à disciplina interna da Administração – pela prática de infrações de caráter funcional, sendo: a advertência, a multa, a suspensão e a **demissão**.

 GABARITO: certo.



QUESTÃO 15 | CESPE/CEBRASPE – 2021 – SERIS/AL – AGENTE PENITENCIÁRIO

Acerca dos poderes da administração pública, julgue o item a seguir.

Ilustra o exercício do poder hierárquico o fato de um agente de trânsito aplicar multa a um motorista.

() CERTO () ERRADO



GABARITO COMENTADO

De acordo com Carvalho Filho, os poderes administrativos são o “conjunto de prerrogativas de direito público que a ordem jurídica confere aos agentes administrativos para o fim de permitir que o Estado alcance seus fins”.

Esses poderes resultam do princípio da supremacia do interesse público. São poderes administrativos: o poder vinculado; o poder discricionário; o poder normativo; o poder hierárquico; o poder disciplinar e o poder de polícia.

Como se sabe, o poder hierárquico é aquele no qual as competências são organizadas por meio de um escalonamento dentro da Administração, há uma relação entre coordenação e subordinação. Tal poder permite que o superior hierárquico exerça sua função de autoridade e coordenação sobre os seus subordinados, dentro da mesma estrutura administrativa.

O caso ilustrado pelo enunciado não existe essa estrutura interna escalonada dentro da esfera administrativa, mas sim o exercício do poder de polícia, aplicando uma sanção de polícia.

 GABARITO: errado.



QUESTÃO 16 | CESPE/CEBRASPE – 2021 – SERIS/AL – AGENTE PENITENCIÁRIO

Acerca da organização administrativa do Estado, julgue o item subsequente.

Uma autarquia territorial exerce poderes e deveres de administração similares aos de entes federados, porém se distingue destes por não ser entidade política.

() CERTO () ERRADO



GABARITO COMENTADO

As autarquias territoriais são integrantes da União (CF, art. 18, § 3º) e não fazem parte da Administração Indireta. Elas desempenham atividades que são típicas de um Estado, mas sem autonomia política.

Por conta disso, elas não podem ter sua autodeterminação, não podem constituir sua própria Lei Orgânica/Constituição e não podem ter um autogoverno, autolegislação e autoadministração.

 GABARITO: certo.



QUESTÃO 17 | CESPE/CEBRASPE – 2022 – DPE/RS – DEFENSOR PÚBLICO

Com relação aos atos administrativos, julgue o item que se segue.

A validade de um ato administrativo se vincula, entre outros aspectos, à existência e à veracidade dos motivos apontados como fundamento para a tomada de decisão do gestor público, sejam razões de fato, sejam razões de direito, inclusive para demonstrar qual seria a melhor alternativa no caso concreto.

() CERTO () ERRADO



GABARITO COMENTADO

Para que um ato administrativo seja considerado válido, se faz necessário que nele contenha alguns requisitos de validade. Ou seja, nele deve haver obrigatoriamente elementos que compõem a sua estrutura.

Tais elementos podem ser divididos em essenciais e acidentais ou acessórios.

Em suma, os **elementos essenciais**, como o próprio nome diz, são indispensáveis para a validade do ato administrativo, quais sejam: a competência, a finalidade, a forma, o motivo e o objeto.

Os **elementos acidentais ou acessórios**, ao contrário dos elementos essenciais, nem sempre estão presentes no ato administrativo. Isso porque eles estão relacionados ao elemento essencial “objeto”, sendo eles: o termo, a condição e o modo ou encargo. São elementos modificativos dos efeitos do ato, e somente podem ser utilizados em atos discricionários, pois depende da vontade das partes.

A questão está se referindo motivo, e é nele que a Administração deve justificar e demonstrar a necessidade da prática do ato, considerando o pressuposto de fato (ocorrência de eventos concretos no cotidiano da vida administrativa que exigem a execução de um ato administrativo) e o pressuposto de direito (fundamentação legal do ato da administrativo).

 GABARITO: certo.



QUESTÃO 18 | CESPE/CEBRASPE – 2022 – SECONT/ES – AUDITOR DO ESTADO

Em relação a bens públicos, julgue o item seguinte.

No direito brasileiro, os bens públicos são classificados segundo o critério de sua destinação ou afetação, sendo definidos como bens dominicais os que se destinam à consecução específica de determinado objetivo da administração pública.

() CERTO () ERRADO



GABARITO COMENTADO

A primeira parte da questão está correta, pois no direito brasileiro, os bens públicos são classificados segundo o critério de sua destinação ou afetação. No entanto, os bens dominicais são aqueles que constituem o patrimônio disponível do Estado, os quais o Poder Público poderá dispor deles como se particular fossem. Esses bens não possuem destinação pública.

Por exemplo, prédios alugados, títulos da dívida pública, terrenos de marinha dentre outros.

 GABARITO: errado.



QUESTÃO 19 | CESPE/CEBRASPE – 2022 – MC – ATIVIDADES TÉCNICAS DE COMPLEXIDADE INTELLECTUAL - CARGO 2

A respeito dos poderes administrativos e de disposições da Lei n.º 8.112/1990, julgue o item a seguir.

Conforme a jurisprudência do STF, o servidor público condenado por ato de improbidade administrativa é permanentemente impossibilitado de retornar ao serviço público.

() CERTO () ERRADO



GABARITO COMENTADO

Há previsão legal na qual o servidor público condenado por ato de improbidade administrativa é permanentemente impossibilitado de retornar ao serviço público. Observe o parágrafo único do art. 137 da Lei n. 8.112/1990:

Lei n. 8.112/1990, art. 137, parágrafo único. Não poderá retornar ao serviço público federal o servidor que for demitido ou destituído do cargo em comissão por infringência do art. 132, incisos I, IV, VIII, X e XI.

A penalidade do parágrafo único inclui a improbidade administrativa, que consta no inciso IV do art. 132 da Lei n. 8.112/1990.

Lei n. 8.112/1990, art. 132. A demissão será aplicada nos seguintes casos:

IV - improbidade administrativa;

No entanto, o art. 5º, inciso XLVII da Constituição Federal proíbe penas de caráter perpétuo:

CF, art.5º, XLVII - não haverá penas:

b) de caráter perpétuo;

Sobre o tema, o STF, no julgamento da ADI 2.975/DF, entendeu que é inconstitucional a norma que determina o **impedimento** do servidor público federal de voltar ao serviço público, quando o agente tiver sido **demitido ou destituído do cargo em comissão** por:

- crimes contra a administração;
- atos de improbidade;
- aplicação irregular de recursos públicos;
- lesão aos cofres públicos; e
- corrupção.

Permitir esse tipo de regra é autorizar uma sanção de caráter perpétuo.



QUESTÃO 20 | CESPE/CEBRASPE – 2022 – TCE/PB – AUDITOR CONSELHEIRO SUBSTITUTO

A respeito do controle da administração pública, das licitações e dos contratos administrativos, das concessões, da organização administrativa e da responsabilidade civil do Estado, julgue o item a seguir. Caso um ciclista sofra danos materiais em razão de queda sofrida em via pública mal conservada, a indenização devida demandará apenas a comprovação do dano e do nexo causal.

() CERTO () ERRADO

GABARITO COMENTADO

De acordo com o entendimento do Superior Tribunal de Justiça, a responsabilidade civil do Estado por condutas omissivas é subjetiva, sendo necessário, além da comprovação da conduta omissiva e culposa, também a comprovação do dano e do nexo causal entre ambos. Veja:

Sobre o tema, a jurisprudência desta Corte é firme no sentido de que a responsabilidade civil do Estado por condutas omissivas é subjetiva, sendo necessário, dessa forma, a comprovação da conduta omissiva e culposa (negligência na atuação estatal - má prestação do serviço), o dano e o nexo causal entre ambos. [REsp 1.709.727-SE, Rel. Min. Benedito Gonçalves, Primeira Turma, por unanimidade, julgado em 05/04/2022, DJe 11/04/2022.]



DIREITO ELEITORAL

QUESTÃO 21 | CESPE/CEBRASPE – 2022 – MPE/AC – PROMOTOR DE JUSTIÇA SUBSTITUTO

À luz do que dispõe a legislação eleitoral e do entendimento do Tribunal Superior Eleitoral, julgue o item abaixo.

Os prazos processuais, durante todo o ano das eleições, serão contados de forma contínua e não serão prorrogados quando se vencerem aos sábados, domingos e feriados.

() CERTO () ERRADO

GABARITO COMENTADO

Os prazos processuais são **peremptórios e contínuos** e correm em Secretaria ou cartório e, **a partir da data do encerramento do prazo para registro de candidatos, não se suspendem aos sábados, domingos e feriados** (LC n. 64/1990, art. 16).

O erro da assertiva está em afirmar que os prazos processuais não se suspendem aos sábados, domingos e feriados durante todo o ano das eleições, quando, na verdade, eles não se suspendem a partir da data do encerramento do prazo para registro de candidatos.

Sobre o tema, a jurisprudência do Tribunal Superior Eleitoral firmou o seguinte entendimento:

Entre os dias 15 de agosto e 19 de dezembro, os prazos são contínuos e peremptórios, correndo, conforme o caso, em cartório ou secretaria ou no PJe, e não se suspendem aos sábados, domingos e feriados.

[Ac. de 29.9.2022 no RO-El nº 060076803, rel. Min. Raul Araújo; no mesmo sentido o Ac. de 18.12.2020 no REspEl nº 060011664, rel. Min. Sérgio Banhos.]

 GABARITO: errado.

QUESTÃO 22 | CESPE/CEBRASPE – 2022 – TJ/MA – JUIZ SUBSTITUTO DE ENTRÂNCIA INICIAL

Acerca dos partidos políticos, julgue o item abaixo.

No sistema majoritário, o cargo político pertence ao partido, e não ao candidato.

() CERTO () ERRADO

GABARITO COMENTADO

No sistema majoritário, o cargo político pertence ao político. No sistema proporcional é que o cargo político pertence ao partido.

O **sistema majoritário** é utilizado nas eleições para os cargos de Presidente da República, Governador de Estado e do Distrito Federal, Senador e Prefeito, em que será eleito o candidato que obtiver a maioria dos votos.

Já o **sistema proporcional** é utilizado nas eleições para os cargos de Deputado Federal, Deputado Estadual, Deputado Distrital (DF) e Vereador. Ao votar, o eleitor estará escolhendo ser representado por determinado partido e, preferencialmente, pelo candidato por ele escolhido. Contudo, caso o mesmo não seja eleito, o voto será somado aos demais votos da legenda, compondo a votação do partido ou coligação.

 GABARITO: errado.

 **QUESTÃO 23 | CESPE/CEBRASPE – 2022 – TJ/MA – JUIZ SUBSTITUTO DE ENTRÂNCIA INICIAL**

No que concerne aos crimes eleitorais e ritos da ação penal eleitoral, julgue o item abaixo.

Admite-se a ação penal privada subsidiária da pública para apuração de crime eleitoral, desde o que o parquet não tenha oferecido denúncia, requerido diligências ou pedido o arquivamento do inquérito policial, no prazo legal.

() CERTO () ERRADO

 **GABARITO COMENTADO**

A assertiva está de acordo com o entendimento do Tribunal Superior Eleitoral. Vejamos:

A queixa-crime em ação penal privada subsidiária somente pode ser aceita caso o representante do Ministério Público não tenha oferecido denúncia, requerido diligências ou solicitado o arquivamento de inquérito policial, no prazo legal.

[Ac. de 14.8.2003 no REspe nº 21295, rel. Min. Fernando Neves.]

 **GABARITO:** certo.

 **QUESTÃO 24 | CESPE/CEBRASPE – 2022 – SEE/PE – ASSISTENTE ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL**

Considerando os direitos políticos e as regras constitucionais relativas aos servidores públicos, julgue o item seguinte.

Caso um candidato ao cargo de presidente da República não se identifique com a ideologia de um dos partidos políticos existentes no Brasil, ele pode lançar candidatura avulsa, ou seja, independentemente de filiação partidária.

() CERTO () ERRADO

 **GABARITO COMENTADO**

A filiação partidária é uma condição de elegibilidade prevista no inciso V do § 3º do art. 14 da CF/88:

CF, art. 14, § 3º São condições de elegibilidade, na forma da lei:

V - a filiação partidária;

No mesmo sentido, o Tribunal Superior Eleitoral emitiu o seguinte entendimento:

É inadmissível formalizar candidatura avulsa a cargo eletivo, dado que a filiação partidária é condição de elegibilidade com assento no texto constitucional (art. 14, § 3º, da CF).

[Ac. de 1º.7.2021 no AgR-MS Civ nº 060021668, rel. Min. Carlos Horbach.]

 **GABARITO:** errado.

 **QUESTÃO 25 | CESPE/CEBRASPE – 2023 – MPE/PA – PROMOTOR DE JUSTIÇA SUBSTITUTO**

Julgue o item.

Os fatos sociais que impactam na produção de normas eleitorais são a fonte material do Direito Eleitoral.

() CERTO () ERRADO

 **GABARITO COMENTADO**

Para fins didáticos, teremos as fontes do Direito Eleitoral como gênero que se divide em três espécies: as fontes materiais, as formais e as informais. Veremos cada uma delas a seguir.

As **fontes materiais** são os fatores históricos, sociais, humanísticos e políticos que induzem a criação das normas jurídicas. São elas que fomentam e interferem na criação da norma eleitoral.

Já as **fontes formais** são aquelas que conferem eficácia jurídica e social por meio de uma norma. Ela se subdivide em fontes formais diretas e indiretas.

As fontes formais diretas, também chamadas de primárias, modernizam o ordenamento jurídico, criando novas normas de Direito Eleitoral, de forma direta. São exemplos de fonte formal direta: a Constituição Federal, o Código Eleitoral, a Lei das Eleições (Lei n. 9.504/97), a Lei Orgânica dos Partidos Políticos (Lei n. 9.096/95), Lei das Inelegibilidades (Lei Complementar n. 64/90), as Consultas, Resoluções e as Súmulas do Tribunal Superior Eleitoral.

As fontes formais indiretas ou secundárias, como o próprio nome sugere, são aquelas que não cuidam de forma direta de matéria eleitoral, mas têm aplicação indireta. O Código Civil, o Código Penal e o Código de Processo Penal são exemplos.

Por sua vez, as **fontes informais** são responsáveis pela uniformidade entre os diversos dispositivos, caso haja alguma lacuna, ela irá atuar de forma supletiva por meio da doutrina e dos costumes.

Superada a explicação sobre as fontes do Direito Eleitoral, podemos observar que os fatos sociais que impactam na produção de normas eleitorais são a fonte material do Direito Eleitoral, conforme disposto no enunciado.



QUESTÃO 26 | CESPE/CEBRASPE – 2023 – TJ/DFT – JUIZ DE DIREITO SUBSTITUTO

Em relação às ações eleitorais, julgue o item.

Por aplicação subsidiária do CPC, nas ações eleitorais, cabe à parte demandante indicar o valor da causa, ainda que precise estimá-lo.

() CERTO () ERRADO



GABARITO COMENTADO

Sobre o tema, o art. 4º da Resolução n. 23.478/2016 do TSE prevê o seguinte:

Resolução n. 23.478/2016, art. 4º Os feitos eleitorais são gratuitos, não incidindo custas, preparo ou honorários (Lei nº 9.265/96, art. 1º).

Por conseguinte, a jurisprudência do Tribunal Superior Eleitoral emitiu o seguinte entendimento:

No processo eleitoral não há falar em gratuidade de justiça, porquanto não há custas processuais e tampouco condenação em honorários advocatícios em razão de sucumbência.

[Ac. de 12.5.2015 no AgR-AI nº 148675, rel. Min. Luciana Lóssio.]

No mesmo sentido, o Supremo Tribunal Federal entende que:

Os presentes embargos revelam caráter nitidamente protelatório, razão pela qual é aplicável, in casu, a multa prevista no art. 275, § 6º, do Código Eleitoral (CE), uma vez que **as lides eleitorais são norteadas pelo critério da gratuidade e não possuem valor da causa**, o que inviabiliza a imposição da multa com base no art. 1.026, § 2º, do Código de Processo Civil.

[STF - Pet: 9874 MG 0036941-25.2021.1.00.0000, Relator: DIAS TOFFOLI, Data de Julgamento: 04/04/2022, Primeira Turma, Data de Publicação: 27/04/2022.]



QUESTÃO 27 | CESPE/CEBRASPE – 2023 – MPE/AM – PROMOTOR DE JUSTIÇA SUBSTITUTO

Sobre a perda e a suspensão dos direitos políticos, julgue o item.

É efeito jurídico da perda e da suspensão dos direitos políticos o impedimento de votar e ser votado.

() CERTO () ERRADO

GABARITO COMENTADO

O impedimento de votar e ser votado é efeito jurídico da perda e da suspensão dos direitos políticos. Como exemplo, tem-se os casos em que ocorre uma condenação criminal transitada em julgado de um indivíduo, onde a capacidade eleitoral, ativa e passiva, restam prejudicadas.

Vejam os a jurisprudência do TSE sobre o tema:

A suspensão de direitos políticos ocorre, nos termos do art. 15, III, da CF/88, após o trânsito em julgado de condenação criminal e persiste enquanto durarem seus efeitos. Abrange a capacidade eleitoral ativa e passiva do condenado, impedindo-o de votar, filiar-se a partido e candidatar-se a cargo eletivo.

[Ac. de 10.11.2022 no AgR-REspE nº 060043273, rel. Min. Benedito Gonçalves.]

 GABARITO: certo.

QUESTÃO 28 | CESPE/CEBRASPE – 2023 – MPE/AM – PROMOTOR DE JUSTIÇA SUBSTITUTO

Julgue o item.

Nas eleições majoritárias, a apresentação dos debates deverá ser feita, necessariamente, com todos os candidatos presentes, em conjunto.

() CERTO () ERRADO

GABARITO COMENTADO

Nas eleições majoritárias, a apresentação dos debates poderá ser feita de duas formas: em conjunto, onde deverão estar presentes todos os candidatos a um mesmo cargo eletivo; ou, em grupos, estando pelo menos três candidatos presentes.

É o que dispõe as alíneas "a" e "b" do inciso I do art. 46 da Lei n. 9.504/1997:

Lei n. 9.504/1997, art. 46, I - nas eleições majoritárias, a apresentação dos debates poderá ser feita:

- a) em conjunto, estando presentes todos os candidatos a um mesmo cargo eletivo;
- b) em grupos, estando presentes, no mínimo, três candidatos;

 GABARITO: errado.

QUESTÃO 29 | CESPE/CEBRASPE – 2023 – MPE/SC – PROMOTOR DE JUSTIÇA SUBSTITUTO

Acerca das diferentes fontes de recursos admitidas para o financiamento das campanhas eleitorais, julgue o item subsequente.

Na partilha dos recursos do Fundo Especial de Financiamento de Campanhas (FEFC), com exceção de um pequeno percentual, distribuído igualmente entre todos os partidos com registro no Tribunal Superior Eleitoral (TSE), observam-se os seguintes critérios: percentual dos votos obtidos na última eleição para a Câmara dos Deputados, número de representantes na Câmara dos Deputados e número de representantes no Senado Federal.

() CERTO () ERRADO

GABARITO COMENTADO

A questão está de acordo com o disposto de acordo com os incisos I, II, III e IV do art. 16-D da Lei das Eleições. Vejamos:

Lei n. 9.504/1997, art. 16-D. Os recursos do Fundo Especial de Financiamento de Campanha (FEFC), para o primeiro turno das eleições, serão distribuídos entre os partidos políticos, obedecidos os seguintes critérios:

I - 2% (dois por cento), **divididos igualmente entre todos os partidos com estatutos registrados no Tribunal Superior Eleitoral;**

II - 35% (trinta e cinco por cento), divididos entre os partidos que tenham pelo menos um representante na Câmara dos Deputados, **na proporção do percentual de votos por eles obtidos na última eleição geral para a Câmara dos Deputados;**

III - 48% (quarenta e oito por cento), divididos entre os partidos, **na proporção do número de representantes na Câmara dos Deputados**, consideradas as legendas dos titulares;

IV - 15% (quinze por cento), divididos entre os partidos, **na proporção do número de representantes no Senado Federal**, consideradas as legendas dos titulares.



QUESTÃO 30 | CESPE/CEBRASPE – 2023 – AGU – ADVOGADO DA UNIÃO

Um órgão público federal, antes dos três meses que antecediam as eleições, consultou a AGU sobre a possibilidade de hospedar, em sua página oficial na Internet, um link que remetia ao sítio de candidato à prefeitura de determinado município.

Com base na legislação eleitoral e na jurisprudência do TSE, é vedada a propaganda eleitoral na Internet em sítios oficiais ou hospedados pela administração pública, ainda que veiculada por meio de link meramente remissivo à página de candidato.

() CERTO () ERRADO



GABARITO COMENTADO

A assertiva está de acordo com o disposto na Lei n. 9.504/1997 e com o entendimento do TSE sobre o tema.

Vejamos o disposto na legislação eleitoral:

Lei n. 9.504/1997, art. 57-C, § 1º É **vedada**, ainda que gratuitamente, a veiculação de propaganda eleitoral na internet, em sítios:

I - de pessoas jurídicas, com ou sem fins lucrativos;

II - oficiais ou hospedados por órgãos ou entidades da administração pública direta ou indireta da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.

Sobre utilizar páginas oficiais na Internet de órgãos públicos para hospedar links que remetem a sítios de candidatos às eleições, o TSE entende o seguinte:

Link na página da câmara de vereadores. Direcionamento para a página pessoal do candidato. Uso de serviço custeado pela casa legislativa. Art. 73, II da Lei 9.504/1997. [...] ocorrência de **indisfarçado desvio de finalidade na utilização de página mantida por órgão da administração pública do município**, a qual serviu de atalho para impulsionar o acesso à rede social do candidato em que promovidos atos deliberados de campanha eleitoral.

[Ac. de 5.5.2022 no AgR-AREspE nº 060024393, rel. Min. Alexandre de Moraes.]

Em outro julgado, o TSE entendeu que o **"link remissivo à página pessoal de candidato configura conduta vedada pelo art. 73, II, da Lei nº 9.507/97"**, e também que o **"link remetendo a site pessoal de candidato enquadra-se na vedação deste dispositivo"**, referindo-se ao inciso II do parágrafo 1º do artigo 57-C, também da Lei n. 9.504/1997 [Ac.-TSE, de 10.11.2015, no RO nº 545358 e, de 21.6.2011, no AgR-REspe nº 838119].

Para fins de complemento dos estudos, vejamos a redação do inciso II do art. 73 da Lei n. 9.504/1997:

Lei n. 9.504/1997, art. 73. São proibidas aos agentes públicos, servidores ou não, as seguintes condutas tendentes a afetar a igualdade de oportunidades entre candidatos nos pleitos eleitorais:

II - usar materiais ou serviços, custeados pelos Governos ou Casas Legislativas, que excedam as prerrogativas consignadas nos regimentos e normas dos órgãos que integram;



LEGISLAÇÃO APLICADA AOS SERVIDORES PÚBLICOS

QUESTÃO 31 | CESPE/CEBRASPE – 2019 – PRF – POLICIAL RODOVIÁRIO FEDERAL - CURSO DE FORMAÇÃO

Julgue o item, relativo à corregedoria e ao direito disciplinar.

Se um servidor público cometer transgressão e for punido disciplinarmente, um dos recursos que ele poderá interpor é o pedido de reconsideração, que deve ser dirigido à autoridade superior que proferiu a decisão.

() CERTO () ERRADO

GABARITO COMENTADO

O pedido de reconsideração **não é considerado um recurso em si**, isto é, ele não tem a natureza recursal por se tratar de um pedido direcionado à mesma autoridade que proferiu a decisão.

Por outro lado, o recurso administrativo é direcionado para autoridades hierárquicas, sejam os próprios ou os impróprios.

De acordo com a Lei n. 8.112/1990, cabe pedido de reconsideração à autoridade que houver expedido o ato ou proferido a primeira decisão, e não à autoridade superior que proferiu a decisão:

Lei n. 8.112/1990, art. 106. **Cabe pedido de reconsideração à autoridade que houver expedido o ato ou proferido a primeira decisão**, não podendo ser renovado.

 GABARITO: errado.

QUESTÃO 32 | CESPE/CEBRASPE – 2022 – FUB – ASSISTENTE EM ADMINISTRAÇÃO

De acordo com a Lei n.º 8.112/1990, que dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos Civis da União, das Autarquias e das Fundações Públicas Federais, julgue o item a seguir.

A exoneração causa a vacância do cargo público e ocorre exclusivamente a pedido do servidor.

() CERTO () ERRADO

GABARITO COMENTADO

A exoneração é uma das formas de vacância do cargo público (Lei n. 8.112/1990, art. 33, inciso I).

De acordo com o art. 34 da mesma lei, ela poderá ser efetuada a pedido do servidor ou de ofício:

Lei n. 8.112/1990, art. 34. A exoneração de cargo efetivo dar-se-á **a pedido do servidor, ou de ofício**.

Por sua vez, o art. 172 da Lei n. 8.112/1990 prevê que o servidor que responder a processo disciplinar só poderá ser exonerado a pedido, ou aposentado voluntariamente:

Lei n. 8.112/1990, art. 172. **O servidor que responder a processo disciplinar só poderá ser exonerado a pedido, ou aposentado voluntariamente**, após a conclusão do processo e o cumprimento da penalidade, acaso aplicada.

Cabe lembrar que o servidor reprovado em estágio probatório também será exonerado, conforme o § 2º do art. 20 da Lei n. 8.112/1990:

Lei n. 8.112/1990, art. 20, § 2º **O servidor não aprovado no estágio probatório será exonerado** ou, se estável, reconduzido ao cargo anteriormente ocupado, observado o disposto no parágrafo único do art. 29.

Assim, a exoneração não ocorre exclusivamente a pedido do servidor.

 GABARITO: errado.

**QUESTÃO 33 | CESPE/CEBRASPE – 2022 – PGE/RJ – ANALISTA PROCESSUAL**

Em decorrência de denúncia anônima encaminhada à administração pública e ao Ministério Público, o gestor público adotou providências preliminares e verificou a verossimilhança dos fatos narrados. Em razão disso, foi instaurado processo administrativo disciplinar (PAD).

A comissão processante apurou a ocorrência de alguns fatos ilícitos, entre os quais atos de improbidade administrativa e prejuízo ao erário. Assim, a comissão sugeriu aplicação da pena de demissão a determinado servidor público. Após a oitiva da Procuradoria do Estado, a autoridade competente tomou decisão.

Paralelamente, o Ministério Público também realizou investigação preliminar e, depois, propôs ação de improbidade administrativa pelos mesmos fatos, ainda em curso.

Tendo como referência a situação hipotética apresentada, julgue o seguinte item, à luz do direito administrativo e do entendimento do Superior Tribunal de Justiça (STJ).

Caso haja prova suficiente dos atos de improbidade e as respectivas punições estejam prescritas, a ação judicial poderá prosseguir pelo pedido de ressarcimento ao erário, o qual é imprescritível.

() CERTO () ERRADO

**GABARITO COMENTADO**

No Tema Repetitivo n. 1089, o STJ entendeu que, embora haja a prescrição de penas pela prática do ato de improbidade, é possível o prosseguimento da ação que pleiteia pelo pedido de ressarcimento ao erário:

Tema Repetitivo n. 1089 do STJ: Na ação civil pública por ato de improbidade administrativa é possível o prosseguimento da demanda para pleitear o ressarcimento do dano ao erário, ainda que sejam declaradas prescritas as demais sanções previstas no art. 12 da Lei 8.429/92.

 GABARITO: certo.

**QUESTÃO 34 | CESPE/CEBRASPE – 2022 – MC – ATIVIDADES TÉCNICAS DE COMPLEXIDADE INTELLECTUAL - CARGO 2**

A respeito dos poderes administrativos e de disposições da Lei n.º 8.112/1990, julgue o item a seguir.

Ao servidor que imponha resistência injustificada à execução de determinado serviço e que anteriormente tenha sido punido pela mesma conduta é aplicável a penalidade de suspensão, em decorrência legítima do poder disciplinar da administração pública.

() CERTO () ERRADO

**GABARITO COMENTADO**

A resistência injustificada à execução de determinado serviço por parte do servidor é uma proibição prevista no art. 117, inciso IV, da Lei n. 8.112/1990.

No caso descrito pela questão, a pena aplicada, de fato, seria a de suspensão. Isso porque ela afirma que o servidor já havia sido punido pela mesma conduta anteriormente, e a suspensão será aplicada em caso de reincidência, conforme o art. 130 da Lei n. 8.112/1990:

Lei n. 8.112/1990, art. 130. A suspensão será aplicada em caso de reincidência das faltas punidas com advertência e de violação das demais proibições que não tipifiquem infração sujeita a penalidade de demissão, não podendo exceder de 90 (noventa) dias.

 GABARITO: certo.

 **QUESTÃO 35 | CESPE/CEBRASPE – 2022 – MPC/SC – ANALISTA DE CONTAS PÚBLICAS - DIREITO**

Julgue o item a seguir, considerando as disposições da Lei n.º 8.429/1992, com as modificações empreendidas pela Lei n.º 14.230/2021.

A responsabilidade sucessória da sociedade empresária incorporadora pelos atos da incorporada está limitada, em regra, ao patrimônio transferido pelo ato de incorporação.

() CERTO () ERRADO

 **GABARITO COMENTADO**

A questão encontra fundamento no art. 8º-A, parágrafo único, da Lei n. 8.429/1992:

Lei n. 8.429/1992, art. 8º-A, parágrafo único. Nas hipóteses de fusão e de **incorporação, a responsabilidade da sucessora será restrita à obrigação de reparação integral do dano causado, até o limite do patrimônio transferido**, não lhe sendo aplicáveis as demais sanções previstas nesta Lei decorrentes de atos e de fatos ocorridos antes da data da fusão ou da incorporação, exceto no caso de simulação ou de evidente intuito de fraude, devidamente comprovados.

 GABARITO: certo.

 **QUESTÃO 36 | CESPE/CEBRASPE – 2022 – SEE/PE – ANALISTA EM GESTÃO EDUCACIONAL - DIREITO**

Julgue o item a seguir, a respeito das regras estabelecidas na Lei n.º 8.429/1992 e suas alterações.

Deixar de observar as normas relativas à aprovação de contas de parcerias firmadas pela administração pública com entidades privadas constitui ato de improbidade administrativa caracterizado como causador de prejuízo ao Erário.

() CERTO () ERRADO

 **GABARITO COMENTADO**

Na verdade, deixar de observar as normas relativas à aprovação de contas de parcerias firmadas pela administração pública com entidades privadas, constitui ato de improbidade administrativa que **atenta contra os princípios da administração pública**. Veja o inciso VIII do art. 11 da Lei n. 8.429/1992:

Lei n. 8.429/1992, art. 11. Constitui ato de improbidade administrativa que atenta contra os princípios da administração pública a ação ou omissão dolosa que viole os deveres de honestidade, de imparcialidade e de legalidade, caracterizada por uma das seguintes condutas:

VIII - descumprir as normas relativas à celebração, fiscalização e aprovação de contas de parcerias firmadas pela administração pública com entidades privadas.

 GABARITO: errado.

 **QUESTÃO 37 | CESPE/CEBRASPE – 2022 – SEE/PE – ASSISTENTE ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL**

Considerando as regras estabelecidas na Lei n.º 8.429/1992 e suas alterações, julgue o item seguinte.

Utilizar, em serviço particular, terceiros contratados pelo órgão público ao qual o agente é vinculado caracteriza ato de improbidade administrativa.

() CERTO () ERRADO

 **GABARITO COMENTADO**

Constitui improbidade administrativa, importando enriquecimento ilícito utilizar, em serviço particular, terceiros contratados pelo órgão público ao qual o agente é vinculado. É o que dispõe o inciso IV do art. 9º da Lei n. 8.429/1992:

Lei n. 8.429/1992, Art. 9º **Constitui ato de improbidade administrativa importando em enriquecimento ilícito** auferir, mediante a prática de ato doloso, qualquer tipo de vantagem patrimonial indevida em razão do exercício de cargo, de mandato, de função, de emprego ou de atividade nas entidades referidas no art. 1º desta Lei, e notadamente:

IV - **utilizar, em obra ou serviço particular**, qualquer bem móvel, de propriedade ou à disposição de qualquer das entidades referidas no art. 1º desta Lei, **bem como o trabalho de servidores, de empregados ou de terceiros contratados por essas entidades;**



QUESTÃO 38 | CESPE/CEBRASPE – 2022 – ANP – FISCAL DO ABASTECIMENTO

Com base na Lei n.º 9.784/1999, que trata de processos administrativos no âmbito da administração pública federal, julgue o item subsequente.

Quando importar anulação, suspensão ou convalidação, o ato administrativo deverá ser motivado, com indicação de fatos e fundamentos jurídicos, ressalvada a hipótese de revogação.

() CERTO () ERRADO



GABARITO COMENTADO

Ao contrário do que a questão afirma, o art. 50, inciso VIII, da Lei n. 9.784/1999, prevê que os atos jurídicos que importem em anulação, suspensão ou convalidação, deverão ser motivados, com indicação de fatos e fundamentos jurídicos, inclusive na **hipótese de revogação**.



QUESTÃO 39 | CESPE/CEBRASPE – 2023 – PO/AL – AUXILIAR DE PERÍCIA

No que se refere à improbidade administrativa e processo administrativo, julgue o item subsequente.

De acordo com a lei, o processo administrativo pode iniciar-se a pedido do interessado, desde que apresentado por escrito.

() CERTO () ERRADO



GABARITO COMENTADO

A regra é que o processo administrativo se inicia a pedido do interessado, de forma escrita. No entanto, há exceções que admitem a solicitação via oral, conforme dispõe o caput do art. 6º da Lei n. 9.784/1999.



QUESTÃO 40 | CESPE/CEBRASPE – 2023 – TJ/ES – ANALISTA JUDICIÁRIO - ÁREA ADMINISTRATIVA

Acerca da organização administrativa, do controle da administração pública e das Leis n.º 8.429/1992, n.º 9.784/1999 e n.º 14.133/2021, julgue o item a seguir.

Nos termos da Lei n.º 9.784/1999, as matérias de competência exclusiva do órgão ou da autoridade, a edição de atos de caráter normativo e a decisão de recursos administrativos são indelegáveis.

() CERTO () ERRADO



GABARITO COMENTADO

A questão encontra amparo legal nos incisos I, II e III do artigo 13 da Lei n. 9.784/1999:

Lei n. 9.784/1999, art. 13. Não podem ser objeto de delegação:

I - a edição de atos de caráter normativo;

II - a decisão de recursos administrativos;

III - as matérias de competência exclusiva do órgão ou autoridade.



PORTUGUÊS

QUESTÃO 41 | CESPE/CEBRASPE – 2018 – POLÍCIA FEDERAL – AGENTE DE POLÍCIA FEDERAL

TRECHO – Para ajudar o trabalho dos peritos, existem programas que buscam os arquivos de imagem e vídeo através de sua hash ou sua assinatura digital. Logo nos primeiros testes, a detecção de imagens apresentou mais de 90% de acerto.

Internet: <www.cartacapital.com.br> (com adaptações).

No que se refere aos sentidos e aos aspectos linguísticos do texto apresentado, julgue o item seguinte.

No período em que se insere, o termo “Logo” expressa uma ideia de conclusão.

() CERTO () ERRADO

GABARITO COMENTADO

Para apresentar uma ideia de conclusão, ele deveria ter o sentido de “portanto” ou “por conseguinte”.

No contexto em que se insere, o termo “Logo” não insere uma ideia de conclusão, mas sim de tempo, podendo ser substituído por “já” ou “no começo dos”:

Já nos primeiros testes, a detecção de imagens apresentou mais de 90% de acerto;

No começo dos primeiros testes, a detecção de imagens apresentou mais de 90% de acerto.

 GABARITO: errado.

QUESTÃO 42 | CESPE/CEBRASPE – 2022 – TCE/RJ – TÉCNICO DE CONTROLE EXTERNO

A preocupação com o desenvolvimento das indústrias criativas ocorre de forma não intuitiva e direcionada há muitos anos. Em 1918, o presidente dos Estados Unidos da América, Woodrow Wilson, promoveu a nascente indústria cinematográfica, considerando que “o comércio vai atrás dos filmes”, uma afirmação clássica sobre o fato de que as indústrias criativas têm um significado que vai muito além do seu impacto econômico imediato. O governo australiano publicou, em 1994, um documento chamado **Creative Nation**, no qual já apresentava alguns posicionamentos oficiais sobre a pauta. Nele, afirmava que “uma política cultural também é uma política econômica” e que “o nível de nossa criatividade determina substancialmente nossa capacidade de adaptação aos novos imperativos econômicos”.

Após as eleições para primeiro-ministro do Reino Unido, em 1997, foi realizado o primeiro mapeamento concreto e aprofundado sobre a economia criativa em uma nação. Esse mapeamento causou polêmica quanto à conceituação de indústria criativa. De acordo com a definição do governo inglês, as indústrias criativas são aquelas atividades que têm origem na criatividade, na habilidade e no talento individual e que potencializam a geração de riqueza e empregos por meio da geração e da exploração da propriedade intelectual. Os críticos que analisaram o projeto de Tony Blair/DCMS consideraram que as colocações deixaram o contexto muito aberto, pois poderia englobar áreas como engenharia e indústria farmacêutica, que não têm conexão com a economia criativa.

Como em qualquer área de pesquisa, alguns cientistas apresentam visões bem controversas. O pesquisador estadunidense Richard Florida, por exemplo, trouxe o conceito de classe criativa. Segundo Florida, regiões metropolitanas com alta concentração de trabalhadores ligados a tecnologia, artistas, músicos, lésbicas e gays e o grupo definido por *high bohemians* são áreas com alto potencial de crescimento neste milênio. Na visão de Florida, as cidades devem posicionar-se de forma diferente no novo milênio e virar todos os holofotes para a economia criativa.

Vinnie de Oliveira. **Economia criativa 4.0**: o mundo não gira ao contrário.
Edição do Kindle (com adaptações)

Julgue o item seguinte, no que diz respeito às ideias e a aspectos linguísticos do texto precedente.

Infere-se do texto a existência de uma relação estreita entre a economia criativa e o modelo econômico adotado a partir do século XX.

() CERTO () ERRADO

GABARITO COMENTADO

O termo “inference” significa que o que é pedido no enunciado não será encontrado literalmente no texto de apoio, mas sim que poderá chegar à conclusão a partir dos elementos que estão dispostos no texto.

Com isso, ao ler o texto, o candidato se depara com informações, como datas e fatos históricos que se passam no Século XX. Portanto, pode-se inferir que uma relação estreita entre a economia criativa e o modelo econômico adotado a partir do Século XX.

Vejamos os fragmentos:

“Em 1918, o presidente dos Estados Unidos da América, Woodrow Wilson [...]”

“O governo australiano publicou, em 1994 [...]”

“[...] o projeto de Tony Blair/DCMS consideraram que as colocações deixaram o contexto muito aberto [...]”

“Segundo Florida, regiões metropolitanas com alta concentração de trabalhadores ligados a tecnologia [...]”

 GABARITO: certo.

QUESTÃO 43 | CESPE/CEBRASPE – 2022 – TCE/RJ – TÉCNICO DE CONTROLE EXTERNO

TRECHO – Segundo Florida, regiões metropolitanas com alta concentração de trabalhadores ligados a tecnologia, artistas, músicos, lésbicas e gays e o grupo definido por *high bohemians* são áreas com alto potencial de crescimento neste milênio.

Vinnie de Oliveira. **Economia criativa 4.0**: o mundo não gira ao contrário.
Edição do Kindle (com adaptações)

Julgue o item seguinte, no que diz respeito às ideias e a aspectos linguísticos do texto precedente.

A inserção do sinal indicativo de crase no vocábulo “a”, em “ligados a tecnologia”, prejudicaria a correção gramatical do texto.

() CERTO () ERRADO

GABARITO COMENTADO

A inserção do sinal indicativo de crase no vocábulo “a” em “ligados a tecnologia” não prejudicaria a correção gramatical. Pois bem, vejamos as duas maneiras de escrever a frase em questão:

“Segundo Florida, regiões metropolitanas com alta concentração de trabalhadores **ligados a** tecnologia, artistas, músicos, lésbicas e gays e o grupo definido por *high bohemians* são áreas com alto potencial de crescimento neste milênio.”

Nessa hipótese, a forma original, o vocábulo “a” é apenas uma preposição obrigatória que é exigida pelo verbo “ligados”, pois quem/o que está ligado a algo ou a alguma coisa.

Logo, o emprego da preposição “a” se dá pelo verbo “ligado”. Dessa maneira, encontra-se na forma indefinida. Portanto, o termo “a tecnologia” está se referindo à tecnologia em sentido amplo.

Reescrevendo a frase dessa maneira, tem-se a preposição “a” exigida pelo verbo “ligados” e também o artigo definido “a”. Logo, o emprego do artigo “a” está definindo “tecnologia”, e o sentido da frase, que anteriormente era abrangente, indefinida, torna-se específica e definida. Sendo assim, o sentido muda:

“Segundo Florida, regiões metropolitanas com alta concentração de trabalhadores **ligados à** tecnologia, artistas, músicos, lésbicas e gays e o grupo definido por *high bohemians* são áreas com alto potencial de crescimento neste milênio.”

No entanto, a questão afirma que a alteração prejudicaria a correção gramatical, estando a afirmativa errada. Não há prejuízo gramatical, apenas o sentido do texto que muda.

 GABARITO: errado.

 **QUESTÃO 44 | CESPE/CEBRASPE – 2022 – TCE/RJ – TÉCNICO DE CONTROLE EXTERNO**

TRECHO – Montesquieu foi quem ofereceu o melhor modelo, que, em grande parte, ainda se faz presente até hoje nos regimes democráticos.

Internet: <<https://brasilecola.uol.com.br>> (com adaptações)

Julgue o item que se segue, relativos às ideias e a aspectos linguísticos do trecho apresentado.

O vocábulo “que” remete ao modelo de política de Montesquieu, qualificado como “o melhor” no texto.

() CERTO () ERRADO

 **GABARITO COMENTADO**

O vocábulo “que” é um pronome relativo que está iniciando uma oração subordinada adjetiva, ou seja, esse “que” pode, perfeitamente, ser substituído pelo termo que está retomando. Vejamos como ficaria:

Montesquieu foi quem ofereceu o melhor modelo, **que**, em grande parte, ainda se faz presente até hoje nos regimes democráticos.

Frase reescrita:

O modelo, em grande parte, ainda se faz presente até hoje nos regimes democráticos, foi oferecido por Montesquieu.

 **GABARITO:** certo.

 **QUESTÃO 45 | CESPE/CEBRASPE – 2022 – MPC/SC – TÉCNICO EM ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS**

A astrônoma Jocelyn Bell Burnell disse sobre Ron Drever: “Ele realmente curti ser tão engenhoso”. Ela tinha ido da Irlanda do Norte para Glasgow para estudar física e Drever foi arbitrariamente designado para ser seu supervisor. Ele contava ao grupo de seus poucos orientandos as ideias mais interessantes que surgiam em sua mente, inclusive as que levaram ao experimento de Hughes-Drever (embora ela não tivesse se dado conta de que ele o realizara no quintal da propriedade rural de sua família), mas nenhuma que os ajudasse a passar nos exames. Após a frustração inicial, ao ver que ele não ia ajudá-la em seu dever de casa de física de estado sólido, ela acabou admirando seu profundo entendimento de física fundamental e seu notável talento como pesquisador.

Drever, por sua vez, seria influenciado pelas iminentes e vitais descobertas de sua ex-aluna de graduação. A respeito de Bell Burnell, disse: “Ela também era obviamente melhor do que a maioria deles... então cheguei a conhecê-la muito bem”. Drever escreveu uma carta de recomendação para apoiar o pedido de emprego dela à principal instalação de radioastronomia na Inglaterra, em meados da década de 60, Jodrell Bank. Mas, ele continua, “não a admitiram, e a história conta que foi porque era mulher. Mas isso não é oficial, você sabe. Ela ficou muito desapontada”. Drever acrescenta, esperando que se reconheça a obviedade daquele absurdo: “Sua segunda opção era ir para Cambridge. Vê como são as coisas?”. Ele considerou isso uma reviravolta muito feliz. “Então ela foi para Cambridge e descobriu pulsares. Vê como são as coisas?”, ele diz, rindo.

Janna Levin. **A música do universo**: ondas gravitacionais e a maior descoberta científica dos últimos cem anos. São Paulo, Cia. das Letras, 2016, p. 103-104 (com adaptações)

De acordo com os sentidos veiculados no texto acima, julgue o item a seguir.

No texto, é abordada a relação entre Bell Burnell e Ron Drever, a qual começa em uma estrutura hierárquica, mas se desenvolve em admiração mútua.

() CERTO () ERRADO

 **GABARITO COMENTADO**

A narrativa do texto é sobre uma aluna, Jocelyn Bell Burnell e o seu professor, Ron Drever. A partir de fragmentos do texto pode-se observar essa relação:

A astrônoma **Jocelyn Bell Burnell** disse sobre Ron Drever: “Ele realmente curti ser tão engenhoso”. Ela tinha ido da Irlanda do Norte para Glasgow para estudar física e Drever foi arbitrariamente designado para ser seu supervisor.

Drever, por sua vez, seria influenciado pelas iminentes e vitais descobertas de sua ex-aluna de graduação. A respeito de Bell Burnell, disse: “Ela também era obviamente melhor do que a maioria deles... então cheguei a conhecê-la muito bem”.

Os períodos destacados demonstram que a afirmativa do enunciado da questão está correta. Pois é abordada a relação entre Bell Burnell e Ron Drever, a qual começa em uma estrutura hierárquica, entre aluna e professor, mas que se desenvolve em admiração mútua.



QUESTÃO 46 | CESPE/CEBRASPE – 2022 – MPC/SC – TÉCNICO EM ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS

A astrônoma Jocelyn Bell Burnell disse sobre Ron Drever: “Ele realmente curti ser tão engenhoso”. Ela tinha ido da Irlanda do Norte para Glasgow para estudar física e Drever foi arbitrariamente designado para ser seu supervisor. Ele contava ao grupo de seus poucos orientandos as ideias mais interessantes que surgiam em sua mente, inclusive as que levaram ao experimento de Hughes-Drever (embora ela não tivesse se dado conta de que ele o realizara no quintal da propriedade rural de sua família), mas nenhuma que os ajudasse a passar nos exames. Após a frustração inicial, ao ver que ele não ia ajudá-la em seu dever de casa de física de estado sólido, ela acabou admirando seu profundo entendimento de física fundamental e seu notável talento como pesquisador.

Drever, por sua vez, seria influenciado pelas iminentes e vitais descobertas de sua ex-aluna de graduação. A respeito de Bell Burnell, disse: “Ela também era obviamente melhor do que a maioria deles... então cheguei a conhecê-la muito bem”. Drever escreveu uma carta de recomendação para apoiar o pedido de emprego dela à principal instalação de radioastronomia na Inglaterra, em meados da década de 60, Jodrell Bank. Mas, ele continua, “não a admitiram, e a história conta que foi porque era mulher. Mas isso não é oficial, você sabe. Ela ficou muito desapontada”. Drever acrescenta, esperando que se reconheça a obviedade daquele absurdo: “Sua segunda opção era ir para Cambridge. Vê como são as coisas?”. Ele considerou isso uma reviravolta muito feliz. “Então ela foi para Cambridge e descobriu pulsares. Vê como são as coisas?”, ele diz, rindo.

Levin. A música do universo: ondas gravitacionais e a maior descoberta científica dos últimos cem anos. São Paulo, Cia. das Letras, 2016, p. 103-104 (com adaptações)

Acerca de aspectos linguísticos do texto apresentado, julgue o item que se segue.

No texto, as aspas são empregadas para destacar citações.

() CERTO () ERRADO

GABARITO COMENTADO

As aspas são um sinal, uma ferramenta linguística utilizada para dar ênfase em algum trecho do texto, inclusive citações.

Releia o texto e analisa o momento em que as aspas são utilizadas. Ficará evidente que as aspas são empregadas para destacar citações dos personagens principais do texto.



QUESTÃO 47 | CESPE/CEBRASPE – 2022 – SEE/PE – ANALISTA EM GESTÃO EDUCACIONAL - DIREITO

É inquestionável que um importante marco da Constituição Federal de 1988 e da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei n.º 9.394/1996) foi o conceito de educação básica composta por três etapas, que devem estar organizadas de forma orgânica e articulada. De acordo com

Cury (2002), “a educação básica é um conceito mais do que inovador para um país que, por séculos, negou, de modo elitista e seletivo, a seus cidadãos o direito ao conhecimento pela ação sistemática da organização escolar”.

Para que esse conceito se efetive, é fundamental a intervenção do Estado, com a participação da sociedade civil, por meio de políticas — programas e projetos — definidas em um planejamento, que leve em conta a análise estratégica da realidade como um todo e em cada situação específica.

Nesse entendimento, dilemas presentes na educação básica brasileira necessitam ser confrontados: desigualdades econômicas, sociais, culturais e de cor ou raça, bem como desequilíbrios regionais.

Ana Maria de Albuquerque Moreira. **Dilemas e desafios para a consolidação da educação básica no Brasil.** In: Maria Zélia Borba Rocha; Nara Maria Pimentel (Orgs.). **Organização da educação brasileira: marcos contemporâneos.** Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2016, p. 230 - 31 (com adaptações)

Acerca das ideias e de aspectos linguísticos do texto apresentado, julgue o item subsequente.

Segundo a autora do texto, para que haja efetivação do conceito de educação básica, é necessário que as desigualdades sociais, econômicas, de raça ou cor sejam enfrentadas.

() CERTO () ERRADO

GABARITO COMENTADO

O afirmado pelo enunciado pode ser constatado nos trechos abaixo:

Para que esse conceito se efetive, é fundamental a intervenção do Estado, com a participação da sociedade civil, por meio de políticas — programas e projetos — definidas em um planejamento, que leve em conta a análise estratégica da realidade como um todo e em cada situação específica.

Nesse entendimento, dilemas presentes na educação básica brasileira necessitam ser confrontados: desigualdades econômicas, sociais, culturais e de cor ou raça, bem como desequilíbrios regionais.

 GABARITO: certo.

QUESTÃO 48 | CESPE/CEBRASPE – 2022 – SEE/PE – ANALISTA EM GESTÃO EDUCACIONAL - DIREITO

TRECHO – De acordo com Cury (2002), “a educação básica é um conceito mais do que inovador para um país que, por séculos, negou, de modo elitista e seletivo, a seus cidadãos o direito ao conhecimento pela ação sistemática da organização escolar”.

Acerca das ideias e de aspectos linguísticos do trecho, julgue o item subsequente.

A supressão da vírgula empregada logo após o vocábulo ‘que’ preservaria a correção gramatical e a coerência do texto.

() CERTO () ERRADO

GABARITO COMENTADO

O “que” em questão é um pronome relativo que retoma o termo “país”. As vírgulas após o vocábulo “que” estão isolando o termo “por séculos”. Se a vírgula fosse suprimida após o vocábulo “que”, isolaria o verbo “negou” do sujeito. Tal consequência é uma proibição gramatical, pois não pode se separar o verbo do sujeito. Com isso, a correção gramatical seria afetada:

A educação básica é um conceito mais do que inovador para um país **que**, por séculos, negou, de modo elitista e seletivo, a seus cidadãos o direito ao conhecimento pela ação sistemática da organização escolar.

 GABARITO: errado.

**QUESTÃO 49 | CESPE/CEBRASPE – 2022 – TCE/PB – MÉDICO**

TRECHO – Nas redes telemáticas, em tese, não existiria hierarquia, pois até o paciente poderia contribuir com as informações sobre saúde que detém.

Em relação às ideias e a aspectos linguísticos do trecho mencionado, julgue o item seguinte.

A acentuação gráfica em “detém” indica que a forma verbal está flexionada na terceira pessoa do singular, o que se justifica pela concordância do verbo com o termo “saúde”, que é o referente sujeito da oração “que detém”.

() CERTO () ERRADO

**GABARITO COMENTADO**

A questão afirma que a acentuação gráfica em “detém” indica que a forma verbal está flexionada na terceira pessoa do singular, e essa afirmação está correta. O verbo em questão está no presente do modo indicativo. No entanto, o verbo "detém" não está concordando com o termo "saúde", mas sim com o termo "o paciente", que é o sujeito do verbo. Veja:

Nas redes telemáticas, em tese, não existiria hierarquia, pois até **o paciente** poderia contribuir com as informações sobre saúde que **detém**.

 GABARITO: errado.

**QUESTÃO 50 | CESPE/CEBRASPE – 2022 – TCE/PB – AUDITOR CONSELHEIRO SUBSTITUTO**

TRECHO – Foi somente na segunda metade do século XX que o direito tributário avançou robustamente, movido pela interação dos agentes econômicos e pela revolução tecnológica.

Julgue o item subsequente, relativos a aspectos linguísticos do trecho acima.

A correção gramatical e o sentido original do texto seriam preservados, se o vocábulo “que” fosse substituído por **onde**.

() CERTO () ERRADO

**GABARITO COMENTADO**

Veja o trecho abaixo. Leia atentamente cada elemento do trecho:

Foi somente na segunda metade do século XX **que** o direito tributário avançou robustamente, movido pela interação dos agentes econômicos e pela revolução tecnológica.

O vocábulo "que" está sendo utilizado como ideia de tempo. Caso fosse substituído por onde, transmitiria a ideia de lugar.

Como o não está passando a ideia de lugar, logo não poderá substituir o "que" por "onde", uma vez que mudaria o sentido original do texto.

 GABARITO: errado.

A SUA JORNADA RUMO À APROVAÇÃO COMEÇA AGORA

Se você quer saber qual é a receita da aprovação, pergunte a dezenas de aprovados em concursos públicos o que eles fizeram para conseguir a tão sonhada vaga. Todos terão uma resposta em comum: "dentre outras coisas, eu respondi inúmeras questões dos concursos públicos anteriores".

A resolução de questões é indiscutivelmente o **método que mais aprova** nos concursos públicos. É uma das melhores maneiras de aprender o conteúdo, além de ser o modo mais eficiente de entender como a matéria é cobrada pelas bancas.

Foi pensando nisso que criamos o **Projeto TSE Unificado**. Com 1.310 questões comentadas, organizadas em módulos e simulados, ele é a opção ideal para a sua jornada rumo à aprovação!

O Projeto foi lançado no dia **09/06/2023**. Quem estiver participando do nosso **grupo no Whatsapp** terá **desconto exclusivo de 73%**!

As vagas do grupo são limitadas, conforme a capacidade máxima fornecida pelo aplicativo do Whatsapp. Caso ainda não esteja participando, o link é este: <https://chat.whatsapp.com/JIPL39lvkWADOVFUZKd7I9>

Pelo preço de duas pizzas, você poderá adquirir o Projeto TSE e conquistar o seu cargo no serviço público!